



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL**

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE,
REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2018.**

Nº. 21/2018

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Conforme pedido do Sr. Vereador Francisco Duarte, foi justificada a sua falta dada na reunião anterior, por motivos de ordem pessoal de natureza inadiável.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,45 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomou a Câmara conhecimento da resposta dada aos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço sobre "Palmeiras do espaço urbano da vila", cujo teor é o seguinte:

"Em resposta ao vosso requerimento sobre o assunto em título, especificamente, a palmeira situada na rotunda das ovelhas, vimos informar que temos conhecimento das obrigações legais acerca dos procedimentos.

Mais informamos que foram efetuadas as intervenções, seguindo os processos anteriormente praticados."

A seguir apresentaram os Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço a seguinte declaração política sobre "Transferência de competências – Educação":

"DECLARAÇÃO POLÍTICA

Transferência de Competências – Educação

A CDU sempre reivindicou uma efetiva transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais, no quadro dos objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, nomeadamente da criação de Regiões Administrativas.

No caso concreto, os eleitos da CDU na Câmara Municipal de Castro Verde apresentaram, na sessão de 26/04/2018, uma "Moção sobre Transferências de Competências", que foi rejeitada pelos votos CONTRA dos eleitos do PS. Por seu lado, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Castro Verde apresentaram, na sessão de 26/04/2018, uma outra Moção sobre o mesmo tema, que foi aprovada por maioria, com os votos CONTRA dos eleitos do PS.

Nos debates de ideias ocorridos nas últimas sessões de câmara sobre esta matéria tivemos oportunidade de, mais uma vez, expressar as nossas posições, indagar sobre a posição da atual maioria do PS e solicitar cópias, tanto do ofício à ANMP plasmando a referida posição, como do ofício recebido do MAI.

Assim sendo, entendemos oportuno emitir a seguinte Declaração Política:

A alínea a) do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto estabelece que, "até 15 de Setembro de 2018, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direcção-Geral das Autarquias Locais [DGAL], após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido".

Contrariamente ao que está vertido na Lei, o ministro da Administração Interna (Eduardo Cabrita) a coberto do ofício nº 6934 de 30/08/2018, admitiu que as autarquias se consideram "dispensadas da comunicação de deliberações à DGAL», tendo dado garantias de que a lei só entrava em vigor com a publicação dos decretos-lei e que, por isso, seria tudo objeto de renegociação".

As afirmações de Eduardo Cabrita não dão nenhuma garantia às autarquias porque, se a lei é da Assembleia da República, não pode ser o Governo a decidir a prorrogação do prazo previsto e só podem ser vistas como uma inadmissível pressão sobre as autarquias locais e a expressão da desorientação face à negociação Governo e PSD que tem suscitado a crítica e oposição de autarquias de vários quadrantes políticos.

Assim, consideramos que, se o executivo tinha tomado a opção de "aguardar" por novos esclarecimentos (regulamentação da Lei e negociação da contrapartida financeira) como afirmou, deveria ter elaborado uma proposta nesse sentido e levá-la para apreciação e votação da Câmara e Assembleia Municipais, no âmbito do estabelecido legalmente e dentro dos prazos fixados.

Não o tendo feito, os eleitos do PS na Câmara Municipal de Castro Verde assumem integralmente a responsabilidade de aceitarem as competências em causa no vago e sem uma correta e mais do que necessária ponderação.

Castro Verde, 12 de Setembro de 2018"

O Sr. Presidente da Câmara, sobre a presente declaração política, informou que, independentemente dos seus termos e legitimidade, recusa totalmente aquilo que está expresso nos dois últimos parágrafos, constatando que, como é seu hábito, os eleitos da CDU gostam de "pôr na boca dos outros", conclusões precipitadas e politicamente habilidosas. Um costume antigo seu apanágio dos comunistas!

Mais reforçou o Sr. Presidente que, de acordo com a posição remetida à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), de que aliás deu conhecimento aos Srs. Vereadores da CDU, em termos gerais este executivo concorda com o processo de transferência de competências para a Administração Local mas considera INSUFICIENTE o "envelope financeiro" apresentado pelo Governo como contrapartida para a Câmara Municipal de Castro Verde.

Esta posição é formal e, reforçou o Sr. Presidente, totalmente conhecida dos eleitos da CDU desde o início do processo. Fazer outras interpretações só serve para confundir e polemizar o processo, coisa que é muito habitual nos eleitos da CDU.

Apresentaram os mesmos Vereadores os seguintes pedidos de informação:

"Assunto: Pedidos de pagamento relativamente ao empréstimo de 900.000,00 €, contraído em 28/12/2015

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja prestada informação sobre as datas, montantes e justificativos dos pedidos de pagamento efetuados junto da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS bem como dos recebimentos daí decorrentes, relativamente ao empréstimo em epígrafe."

"Assunto: Ponto de situação do pedido de empréstimo de 1.175.000,00 €:

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja comunicado o ponto de situação do pedido de empréstimo de 1.175.000,00 € proposto pela Câmara Municipal e aprovado pela respetiva Assembleia na sua sessão de 26/04/2018."

"Assunto: Auditoria às contas do Município:

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento e na sequência do Req. nº 16, de 07/06/2018 e de várias perguntas formuladas anteriormente (nomeadamente na reunião de 24/05) sobre a mesma matéria, que lhes seja comunicado o ponto de situação e o relatório final do processo de Auditoria às contas da Câmara Municipal de Castro Verde, adjudicado em Janeiro 2018 à "Oliveira, Reis & Associados – SROC, Lda."

"Assunto: Pessoal (mobilidade Intercarreiras):

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento informação detalhada sobre:

- Quais os serviços onde se integraram ou se vão integrar os funcionários requalificados? Esta mesma pergunta foi formulada em 26/04/18, à qual responderam, na altura, que estavam a estudar o assunto.
- Quais os encargos financeiros que estas requalificações acarretam, no orçamento 2018 e em anos futuras? Esta mesma pergunta foi formulada em 26/04/18, à qual responderam, na altura, que os encargos mensais para 2018 seriam de 4.449,38 €, valor esse que nós contestámos, por considerarmos manifestamente insuficiente (Of. CMCV nº 636, de 10/05/2018).
- Quais as datas de obtenção das licenciaturas (ou equivalente) e respetivos conteúdos que estão na base das referidas requalificações? "

"Assunto: Pessoal (prestações de serviço ou similares):

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que nos facultem uma listagem nominal dos colaboradores contratados (Recibos verdes, contratos de prestação de serviços e similares) desde 17 de Outubro de 2017, com a menção às tarefas a desempenhar, remuneração acordada e prazo de vigência da prestação de serviços."

Ainda no âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, manifestou o Sr. Vereador Francisco Duarte a sua preocupação sobre o nível de armazenamento de água na Barragem do Monte da Rocha tendo em conta o uso a que está ser dado à mesma, nomeadamente com regas, tendo o Sr. Presidente

informado que estava a par da situação e que a Câmara Municipal está a seguir de perto e cuidadosamente esse processo.

Aprovação da ata da reunião anterior:

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Francisco Duarte e a Sr^a. Vereadora Alda Mestre, por não terem estado presentes na reunião em causa.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do E-mail da Federação Nacional dos Professores sobre a "Lei nº.50/2018 (Lei-quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais) – Apelo da FENPROF."

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.- Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao período de 1 de Janeiro a 31 de Agosto de 2018, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

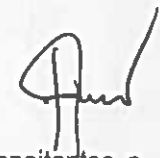

Saldo do ano de 2017	185.669,35 €
Receitas cobradas	5.900.285,19 €
Soma	6.085.954,54 €
Despesas realizadas	5.926.805,12 €
Saldo em 31.08.2018	159.149,42 €

- Operações de Tesouraria

Saldo do ano de 2017	251.447,84 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	512.521,73 €
Soma	763.969,57 €
Op. Extra. Orçamentais – Saldas	567.052,46 €
Saldo em 31.08.2018	196.917,11 €

- Disponibilidades

Caixa	5.835,34 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	348.181,19 €
Total das disponibilidades em 31.08.2018	356.066,53 €
Documentos	19.051,46 €
Total de movimentos de tesouraria em 31.08.2018	375.118,46 €

- 
- 
- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 31 de Agosto de 2018: 900.647,20 €.

Tomou a Câmara Municipal igualmente conhecimento do resumo diário de tesouraria reportado à data de 31 de Agosto e do balancete acumulado (razão) respeitante ao mês de Agosto findo.

2º.- Apreciação e votação de proposta da 2ª. alteração ao Mapa de Pessoal para 2018:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando que há vários funcionários em mobilidade intercarreiras;

Considerando para que seja possível a sua consolidação, tem de haver lugar vago no Mapa de Pessoal;

Considerando para que seja possível a consolidação temos de fazer uma alteração criando os lugares necessários;

Assim, face ao exposto, proponho a V. Exªs. a submissão do presente Mapa de Pessoal à Assembleia Municipal, para efeitos de decisão (deliberação), cf. determina o art.º 25º/1-o do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro."

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, e submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme documento anexo à presente ata, dando-se, por isso como aqui integralmente transcrito.

Justificaram os Srs. Vereadores a sua abstenção por discordarem da opção tomada ao eliminar do Mapa de Pessoal o lugar de Psicologia Educacional, área que consideram fundamental sobretudo no quadro de transferência de novas competências na área da educação que se perspetiva, e por outro lado, chamam a atenção para o facto de ter sido criado um lugar de Técnico Superior – Designer Produção Visual que, ao que sabem, não se enquadra nas justificações da proposta apresentada considerando que há vários funcionários em mobilidade intercarreiras e para que seja possível a sua consolidação, tem de haver lugar vago no Mapa de Pessoal.

3º. - Apreciação e votação de proposta da 2ª. Revisão ao Orçamento de 2018:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara:

"Considerando a necessidade de incluir no Orçamento Municipal mais algumas classificações económicas que neste momento não existem e não era previsível no final do ano de 2017 que fizessem falta, conforme documento que juntamos em anexo;

Considerando que sem isso aconteça não será possível arrecadar as correspondentes receitas já realizadas e outras a realizar;

Assim face ao exposto, proponho a este Órgão e ao abrigo do disposto no ponto 8.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/89, de 22 de fevereiro, submeta à Assembleia Municipal para aprovação, a presente revisão ao Orçamento, no uso da competência que lhe confere o artigo

25º/1-a) do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, tendo em vista a necessidade de arrecadarmos as receitas constantes das classificações constantes do documento em Anexo I.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, aprovar a 2ª. revisão e efetuar ao Orçamento Municipal e submete-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal, cujos documentos se anexam à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

4º.- Apreciação e votação de proposta de fixação da taxa de participação no IRS, em 2019:

Submeteu o Senhor Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“Considerando o teor da informação registada sob o nº. 404, do Coordenador Técnico da Subunidade, Secção Financeira e Património, da Unidade Orgânica, Divisão de Administração e Finanças, desta Câmara Municipal, datada de 4 de Setembro do corrente ano, sobre a participação variável no IRS para 2019 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Castro Verde;

Considerando que nos termos do disposto no art.º 25º/1-c) da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios é de 5% do IRS, determinada nos termos do art.º 26º do mencionado Regime, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº.1 do art.º 78º do Código do IRS;

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão, que ao abrigo do disposto nos mencionados artigos a participação sobre a percentagem de IRS seja de 4,5% e se submeta a presente decisão à Assembleia Municipal para que este Órgão possa fixar a mesma, no uso da competência que lhe é conferida segundo o disposto no art.º 25º/1-e), do anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.”

Apreciada a proposta, submeteu-a o Sr Presidente a votação, nominalmente, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço que, afirmando a sua coerência igual à do ano anterior, justificaram a sua posição com a seguinte declaração de voto

“DECLARAÇÃO DE VOTO Participação variável no IRS para 2018

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Castro Verde vão votar “**CONTRA**” a proposta do senhor presidente da Câmara em coerência com a posição que ao longo dos anos a CDU tem defendido sobre esta matéria. Com efeito:

1. O desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida e particularmente exigida pela CDU.

Mas não faz qualquer sentido que, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento da carga fiscal se faça desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras de cada município, da vontade política dos seus órgãos ou de meras opções demagógicas.

Muito menos sentido faz que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução, ainda que «voluntária», da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito.

2. O «benefício» fiscal que resultaria do facto de os municípios abdicarem da participação no IRS, no todo ou em parte, é:

- Socialmente injusto por reduzir a carga fiscal a quem tem mais rendimentos, ou seja tanto mais quanto maiores forem os rendimentos;
- De montante ridículo para cada um dos beneficiários, mesmo para os de mais altos rendimentos, e nulo ou quase nulo para a generalidade da população;
- Significativo, quando acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade de realização dos municípios e, conseqüentemente, degradar os níveis ou a qualidade do atendimento aos cidadãos ou, em alternativa, pressionar no sentido da busca de receitas alternativas em outros impostos, taxas, tarifas ou preços.

Por fim chamamos a atenção para o facto dos vereadores do Partido Socialista, enquanto oposição em mandatos anteriores, terem sempre apresentado propostas de participação no IRS de 2% e no ano transato, para vigorar no ano de 2018 terem apresentado uma proposta de 4,5% e agora virem apresentar uma proposta de similar. Mudam-se os tempos...”

Considerando a presente “Declaração de Voto”, o Sr. Presidente da Câmara, lembrou que, 12 meses depois, a maioria do PS na Câmara Municipal volta a reafirmar uma posição coerente no sentido da redução do esforço financeiro das famílias em matéria de IRS, apesar da conhecida situação financeira da Autarquia, “herdada” do mandato anterior e da gestão da CDU.

Segundo o Sr. Presidente, os Srs. Vereadores da CDU, pelo segundo ano consecutivo, foram coerentes: a CDU não aceitou reduzir a taxa de participação da Autarquia no IRS. Em 2017, nomeadamente na Assembleia Municipal, disseram estar disponíveis para aprovar uma redução dessa participação, se a mesma fosse num valor mais elevado. Ou seja, passou a CDU da recusa total à vontade em baixar o valor da participação do Município para 2%, ignorando, irresponsável e ostensivamente, o quadro de dificuldades financeiras em que deixaram a Câmara Municipal.

Em 2018, repete-se a história porque os Srs. Vereadores da CDU não têm emenda e, tal como em 2017, só os eleitos do PS provam claramente que querem baixar a carga fiscal aos munícipes do concelho de Castro Verde, no que toca ao IRS, assumindo que o prosseguirão de modo gradual e até atingir apenas 2% no final do presente mandato.

Apesar desta vontade do Executivo Municipal, os eleitos da CDU votam contra e, portanto, a população de Castro Verde saberá julgar essas decisões se, também na Assembleia Municipal, o seguidismo habitual se mantiver. A CDU não ganha nada com esta atitude, mas os Castrenses vão certamente perder se a proposta aprovada na Câmara pela maioria do PS não merecer apoio dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal.

5º.- Apreciação e votação de proposta de fixação das taxas municipais sobre imóveis, em 2019:

Apreciou a Câmara, a seguinte proposta apresentada pelo Senhor Presidente:

“Considerando o teor da informação registada sob o nº. 403, do Coordenador Técnico da Subunidade, Secção Financeira e Património, da Unidade Orgânica, Divisão de Administração e Finanças, datada de 4 de setembro do corrente ano, sobre a taxa do IMI a aplicar para o ano de 2019, no concelho de Castro Verde, que anexo;

Considerando que nos termos do nº. 5 do artigo 112º, conjugado com o nº.1 do mesmo artigo do Código do IML, aprovado pelo Decreto-Lei nº.287/2003, de 12 de novembro, as taxas a aplicar para os prédios urbanos, se situam dentro do intervalo previsto na alínea c(do nº.1, do mesmo artigo, que é de 0,3% a 0,45%. (Redação da Lei nº.7-A/2016 – 30/03).

Considerar a possibilidade de uma majoração em 30% à taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não satisfaçam a sua função ou façam perigar a segurança das pessoas e bens. c.f admite o nº.8 do mencionado artigo;

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão Executivo que, ao abrigo do disposto no mencionado artigo e números, aprove a taxa de 0,3% a aplicar em 2019, bem como a majoração aos prédios que reúnam as condições para a sua aplicação e a submeta a presente decisão à Assembleia Municipal para que a mesma, nos termos da alínea d) do nº.1 do art.º 25º da Lei nº nº.75/2013, de 12 de setembro, autorize a sua fixação.

Apreciada a proposta, submeteu-a o Sr Presidente a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e nominalmente.

6º.- apreciação e votação de proposta de lançamento da derrama sobre o IRC, em 2019:.

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“Tendo por base a informação nº. 402 do Coordenador Técnico da Subunidade, Secção Financeira e Património, da Unidade Orgânica, Divisão de Administração e Finanças, datada de 4 de setembro do corrente ano, sobre o lançamento da derrama sobre o IRC das empresas para 2019 no concelho de Castro Verde;

Considerando que nos termos do disposto no artigo 18º/1 e 4 da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro, o Regime Financeiro das Autarquias Locais, proponho a este Órgão Executivo, que seja lançada para o ano de 2019 uma derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para as empresas com um volume de negócios igual ou superior a 150.000 €, e a criação de uma taxa de derrama, diferenciada, de 0% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para as empresas com um volume de negócios inferior a 150.000 €.

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão, que ao abrigo do disposto no mencionado artigo submeta a presente decisão à Assembleia Municipal para que esta, nos termos da alínea d) do nº.1 do art.º 25º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, autorize o seu lançamento.”

Apreciada a proposta, submeteu-a o Sr. Presidente a votação, nominalmente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

7º. - Concurso público para a alienação de três frações do prédio urbano, sito na Rua Timor Lorosae, em Castro Verde: - Relatório final de análise das propostas:

Foi presente o Relatório Final de Análise das propostas apresentadas ao concurso público em referência, o qual o respetivo júri propõe a alienação da fração B, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Castro Verde e Casével sob o artigo nº. 3826-B e descrita na Conservatória do Registo Predial de Castro Verde sob o nº. 3062-B, a favor do concorrente melhor classificado, David Nuno Pimpão Moedas, pelo valor da sua proposta, no valor de 123.725,00 €.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, homologar o Relatório Final de Análise das propostas apresentadas ao referido concurso, adjudicando à alienação da fração B do prédio em causa a David Nuno Pimpão Moedas, conforme proposto pelo júri do respetivo concurso.

8º. - Concurso público para a alienação do lote nº. 34, sito na Rua Timor Lorosae, em Castro Verde; - Relatório final de análise das propostas:

Foi presente o Relatório Final de Análise das propostas apresentadas ao concurso público em referência, o qual o respetivo júri propõe a alienação do referido lote, inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Castro Verde e Casével sob o artigo nº. 3069, a favor do concorrente melhor classificado, Hugo de Matos Valente, pelo valor da sua proposta, no valor de 26.262,00 €.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, homologar o Relatório Final de Análise das propostas apresentadas ao referido concurso, adjudicando à alienação da fração B do prédio em causa a David Nuno Pimpão Moedas, conforme proposto pelo júri do

9º.- Emissão de parecer prévio para a celebração e renovação de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara o pedido da emissão de parecer prévio, formulado pelo Setor de Planeamento e Gestão de Contratos, em conformidade com o disposto no nº.6 do art.º 61º da Lei nº.114/2017, de 29 de Dezembro (LOE 2018), para a celebração de um contrato de aquisição de serviços de apoio à atividade física junto da população – Desporto Sénior, Expressão motora no ensino pré escolar e Boccia sénior, com André Pinto Colaço, por ajuste direto (regime geral) pelo valor semanal de 156,00 €, por um período de 39 semanas.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a celebração do referido contrato de aquisição de serviços.

Apreciou a Câmara igualmente o pedido da emissão de parecer prévio, formulado pelo Setor de Planeamento e Gestão de Contratos, em conformidade com o disposto no nº.6 do art.º 61º da Lei nº.114/2017, de 29 de Dezembro (LOE 2018), para a renovação de um contrato de aquisição de serviços de plataforma eletrónica de contratação pública, com a empresa Saphety Level – Trusted Services SA, por ajuste direto (regime geral) pela valor anual de 2.400,00 €.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a renovação do referido contrato de aquisição de serviços.

10º. - Concessão de exclusivos de exploração na Feira de Outubro:

- Homologação da ata do ato público de abertura das propostas para concessão da ocupação de “terrado” com instalações móveis e/ou improvisadas de espetáculos e divertimentos públicos e de restauração e similares na Feira de Outubro de 2018, em Castro Verde:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara a ata do ato público da abertura das propostas apresentadas ao concurso em título, na qual consta em termos de decisão o seguinte:

- **Para dois lugares de restaurante:**

Foram abertas as propostas apresentadas pelos concorrentes Manuel Narciso Bugia e Eulália Maria Pateiro Rebocho Nunes Calado e verificada a sua conformidade com as normas do concurso, constatou que as mesmas reúnem os respetivos requisitos e hierarquizadas em conformidade com os seguintes valores que apresentam:

Concorrentes	Valor das propostas
Manuel Narciso Bugia	1.810 €
Eulália Maria Pateiro Rebocho Nunes Calado	950 €

Face ao exposto, propõe a Comissão, perante a opção tomada pelo concorrente melhor classificado, a adjudicação das duas concessões atribuindo-lhes os lotes R1 e R2, respetivamente.

- **Para dois lugares de "Pão c/ Chouriço":**

Foi aberta a única proposta apresentada pela concorrente Sandra Isabel Almeida Cruz e verificada a sua conformidade com as normas do concurso, constatou que a mesma reúne os respetivos requisitos e que a mesma apresenta o seguinte valor:

Concorrentes	Valor das propostas
Sandra Isabel Almeida Cruz	191 €

Face ao exposto, propõe a Comissão, a adjudicação da concessão pelo valor proposto., atribuindo-lhe o lugar PC 1.

Divertimentos infantis:

- **Pista de automóveis infantis:**

Foi aberta a única proposta apresentada a concurso por Diversões Simões & Filhos Ld.^a. e verificada a sua conformidade com as normas do concurso, verificou-se que a mesma reúne os respetivos requisitos e que apresenta o seguinte valor:

Concorrente	Valor da proposta
Diversões Simões & Filhos Ld. ^a .	321 €

Face ao exposto, propõe a Comissão, a adjudicação da concessão pelo valor proposto.

- **Pista infantil**

Foi aberta a única proposta apresentada a concurso pela empresa Diversões Simões Ld.^a. e verificada a sua conformidade com as normas do concurso, verificou-se que a mesma reúne os respetivos requisitos e que apresenta o seguinte valor:

Concorrente	Valor da proposta
Diversões Simões & Filhos Ld. ^a .	321 €

Face ao exposto, propõe a Comissão, a adjudicação da concessão pelo valor proposto.

Divertimentos adultos:

- **Divertimento eletromecânico ou similar:**

Foram abertas as propostas apresentadas pelos concorrentes Germano da Conceição Meira Tavares, Artur António Meira Tavares, Fernando da Conceição Meira Tavares, Bruno Miguel Teixeira Tavares e Maria José dos Santos Ricardo e verificada a sua conformidade com as normas do concurso, constatou que as mesmas reúnem os respetivos requisitos e hierarquizadas em conformidade com os seguintes valores que apresentam:

Concorrentes	Valor das propostas
Germano da Conceição Meira Tavares	3.355 €
Artur António Meira Tavares	3.005 €
Fernando da Conceição Meira Tavares	2.580 €
Bruno Miguel Teixeira Tavares	2.150 €
Maria José dos Santos Ricardo	1.206 €

Face as propostas apresentadas, propõe a Comissão adjudicar a concessão ao concorrente melhor classificado, Germano da Conceição Meira Tavares, pelo valor proposto de 3.355 €.

- **Carrossel**

Não foi apresentada qualquer proposta para a atribuição deste lugar.

Constatou a Comissão a presença neste ato do público do concorrente habitual a este lugar, Júlio António Meira Tavares, tendo o mesmo informado que, por motivos pessoais imprevistos não conseguiu proceder à entrega de qualquer proposta no prazo estabelecido, mas disponibilizando-se contudo a instalar o mesmo divertimento através de um ajuste direto.

- **Pista de automóveis para adultos:**

Foi aberta uma única proposta apresentada pela empresa Diversões & Filhos Ld.^a e verificada a sua conformidade com as normas do concurso, constatou que as mesmas reúnem os respetivos requisitos e que a mesma apresenta o seguinte valor:

Concorrente	Valor das propostas
Diversões Simões e Filhos Ld. ^a	2.469,60 €

Face ao exposto, propõe a Comissão, a adjudicação da concessão pelo valor proposto.

Das decisões ora tomadas pela Comissão foi dado conhecimento a todos os concorrentes."

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, ratificar as decisões contidas na ata do ato público da abertura das propostas apresentadas ao concurso público em referência.

11. - Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara os atos da decisão que tomou relativamente às seguintes licenças especiais de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro:

- a Rui Miguel Guerreiro da Costa Vaz, na qualidade de arrendatário do bar da Associação do Povo dos Aivados, para a realização de baile (Proc.º nº.21/2018).
- de Álvaro Mestre Rebolo, em representação do Grupo de Amigos dos Namorados, para a realização das suas Festas de Verão, no pátio do Centro de Convívio (Proc.º nº.23/2018).
- de Maria Cidália Gonçalves de Matos, em, representação da Associação "Jangada d' Exemplos", para a realização das Festas de Verão no Monte dos Aivados, no Largo do Centro de Convívio (Proc.º nº.24/2018).
- de António Fernando da Luz Silvestre Freire, em representação da Associação 100 Trilhos, para a realização a realização da iniciativa "Sete Pecados Culturais" (Proc.º nº. 25/2018).

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão das referidas licenças especiais de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA

Obras e loteamentos municipais:

- **Plano de Pormenor da Zona de Atividades Económicas (ZAE) de Castro Verde – Declaração ambiental do Plano:**

Apreciou a Câmara a seguinte informação da Divisão de Obras e Gestão Urbanística:

"De acordo com o disposto no art.º 10º do DL 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL 58/2011, de 4 de Maio, após a aprovação do PP (publicado em Diário da República, 2ª. série nº.150, em 5 de agosto de 2016) a entidade responsável pela elaboração do plano, deverá enviar à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) uma Declaração Ambiental, na qual conste:

- A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano;
- As observações apresentadas durante a consulta realizada às entidades, bem como durante a discussão pública e os resultados das respetivas considerações, justificando o não acolhimento dessas observações;
- As razões que fundaram a aprovação do plano;
- As medidas de controlo previstas em sede de avaliação do plano.

Importa ainda referir que o referido artigo não estabelece um prazo para a elaboração desta declaração ambiental, referindo apenas que a mesma dever-se-á realizar após a aprovação do plano.

Desta forma e uma vez que após a aprovação do plano, até à presente data, este documento (Declaração Ambiental) ainda não foi produzido, contactada a empresa responsável pela elaboração do plano (SINTESE, Consultadoria em Planeamento Ld.ª) o mesmo foi agora elaborado e encontra-se em condições de ser submetido à aprovação da Câmara Municipal.

Após nossa análise ao documento em causa – DECLARAÇÃO AMBIENTAL DO PP DA ZAE DE CASTRO VERDE – somos de opinião que o mesmo encontra-se em condições de ser aprovado pela Câmara Municipal, uma vez que o seu conteúdo aborda as questões elencadas e se encontra

elaborado com forme o disposto no art.º 10º do DL 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação, devendo o mesmo, à posteriori, ser assinado pelo Presidente da Câmara Municipal, enviado à APA e disponibilizado ao público na página da internet do Município".

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara por unanimidade e nominalmente aprovar a declaração ambiental do PP da ZAE de Castro Verde, conforme informação das DOGU acima descrita.

Obras Particulares/ Outros:

1.- Projetos de arquitetura:

Apreciou a Câmara e com base no parecer proferido pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar o projeto de arquitetura apresentado pela Casa Agrícola Franca Perdigão Unipessoal Ld.ª. para ampliação do edifício afeto a adega, sito na Herdade das Fontes Barbas Velho (proc.º nº. 14/3018)

2.- Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente os projetos das especialidades para efeitos de deliberação final sobre o processo de obras de Maria da Luz Fernandes Romano Colaço, para legalização da construção de infraestruturas de apoio à agricultura, na Herdade da Perdigoa, na União de Freguesias de Castro Verde e Casével. (proc.º. 34/2018).

3. - Pedidos de informação prévia:

Apreciou a Câmara os seguintes pedidos de informação prévia

- de José Francisco da Silva Godinho, sobre a viabilidade de instalação de um parque fotovoltaico na Herdade do Ferragudo e outro na Herdade do Ronceiro, ambas na União de Freguesias de Castro Verde e Casével.
- de João Manuel Brito Libânio, sobre a viabilidade de proceder à cobertura de uma varanda na sua habitação sita na Rua José Cardoso Pires nº. 2, em Castro Verde.

Apreciados os pedidos, a Câmara, em face dos pareceres do Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, pronunciar-se favoravelmente sobre o pretendido.

4. - Destaque de parcela de terreno:

Apreciou a Câmara o pedido de autorização solicitado por António José Bogarim Lage, para o destaque de uma parcela de terreno, com a área de 10.000 m2, do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Castro Verde sob o nº. 3417/200990518, constituído na matriz com o artigo nº.224, secção S, denominado Herdade da Serrana, em Castro Verde, com a área de 59.9235 hectares.

A Câmara, em face da informação prestada pela Divisão de Obras e Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente autorizar o destaque da parcela de terreno em causa, atendendo a que é dado cumprimento ao estipulado nos nºs. 4 e 10 do artigo 6º.do Decreto-Lei nº.555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas.

5. - Comunicações prévias nos termos do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de Setembro:

Tomou a Câmara conhecimento das seguintes comunicações prévias, ao abrigo do disposto na legislação acima referida:

- de António Jorge Ferreira, para alteração da fachada do seu prédio sito na Rua de Mértola nº.3, em Castro Verde (proc.º nº.32/2018).
- de Derivados Segmentos SA, para instalação de cobertura de rede para fibra ótica na vila de Castro Verde (proc.º nº.38/2018).

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

Concessão de subsídio ao Grupo Motard de Castro Verde:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara:

"No âmbito da realização do VII Aniversário do Grupo Motard de Castro Verde, a realizar no próximo dia 22 de setembro, e tendo como objetivo reunir os "adeptos" e "apaixonados" pelas duas rodas do concelho de Castro Verde, e não só, contribuindo deste modo para a consecução de objetivos comuns ao município.

Assim, e nestes termos, proponho a atribuição de um apoio de 900,00 € ao Grupo Motard de Castro Verde, par fazer face às despesas inerentes à realização da iniciativa."

A Câmara, deliberou, por unanimidade e nominalmente, atribuir ao Grupo Motard de Castro Verde o subsídio proposto pelo Sr. Presidente, autorizando o respetivo pagamento.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

Concessão e renovação de cartões sociais:

Com base na informação nº. 427 e respetiva documentação elaborada pelo Gabinete de Educação e Ação Social, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Maria dos Anjos Malveiro Silva, residente em Casével, Francisca Maria da Mota, residente no Monte da Galeguinha, e a Joaquim dos Santos Custódio, residente no Lombador, todos no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de Maria Vitória de Brito Deodato Caetano e Sandra Maria Emiliano Lança, residentes em Castro Verde, ambas no escalão A, de Edmundo Timóteo Silvestre de Matos, residente em São Marcos da Ataboeira, e de Natércia Maria Benvinda de Brito, residente em Casével, ambas no escalão B.
- Indeferir os pedidos de Emília Guerreiro Nobre e de Manuel de Almeida Antunes, residente nos Aivados, em virtude dos seus rendimentos per capita excederem o previsto no regulamento.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

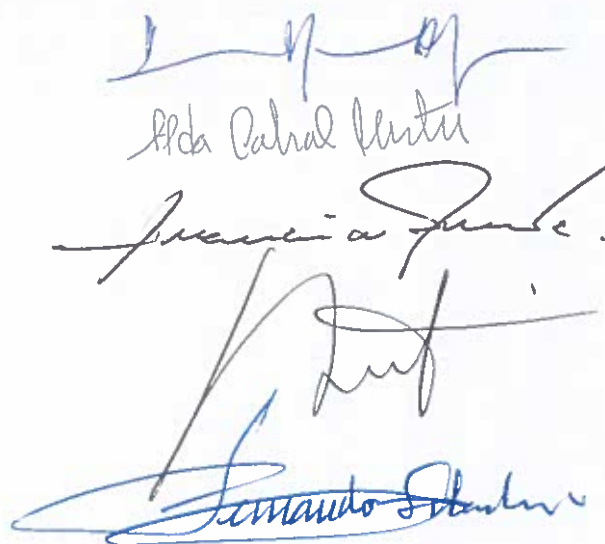
Não se verificou a presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,55 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.



The block contains four handwritten signatures in blue ink, arranged vertically. The first signature is at the top, followed by the name 'Alda Cabral Brito' written in cursive. Below it is another signature, then a third, and finally the signature of 'Fernando Sebastião' at the bottom.